



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

TIPE-GABINETE
DES. FAUSTO CAMPOS
Fl. 672

Apelação Criminal n: 252.592-0
Comarca: Itaquitinga
Juízo: Vara Única
Apelante: Sinésio Monteiro de Melo Filho
Advogado: Bertine T. Pessoa
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Juíza Sandra de Arruda Beltrão
Revisor: Des. Roberto Ferreira Lins

EMENTA: APELAÇÃO. CRIME FUNCIONAL. PRELIMINAR. ART. 109, IV, C/C ART. 110, §§ 1º E 2º, TODOS DO CP. PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. PRESCRIÇÃO. UNÂNIME. EFEITOS DA CONDENAÇÃO. INABILITAÇÃO. EXERCÍCIO DE CARGO, FUNÇÃO PÚBLICA OU MANDATO ELETIVO. EXTENSÃO DA PRESCRIÇÃO. POR MAIORIA.

1. Com fundamento nos art. 109, IV, c/c art. 110, §§ 1º e 2º, todos do CP, vigente à época do fato, verifica-se a ocorrência da prescrição punitiva estatal, na espécie retroativa, com a consequente extinção da punibilidade do Apelante. Unânime.

2. Por unanimidade de votos entendeu-se que a inabilitação para o exercício do cargo, função pública ou mandato eletivo se trata de efeito secundário da condenação, nos termos do art. 92, I, do CP e não condenação autônoma.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Criminal, em que figura como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada em 20.03.2013, à unanimidade, para declarar extinta a punibilidade do Apelante pela superveniência da prescrição e, por maioria de votos, para estender a prescrição a inabilitação para o exercício de cargo ou função pública, nos termos do relatório, voto e demais peças que integram o julgado.

Recife, 21 de março de 2013.

Des. Fausto Campos
Relator para o acórdão

623
RJM



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITAQUITINGA
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 252592-0
APELANTE: SINÉSIO MONTEIRO DE MELO FILHO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATORA CONVOCADA: DRª. SANDRA DE ARRUDA BELTRÃO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

RELATÓRIO

Trata-se de apelação criminal interposta por Sinésio Monteiro de Melo Filho, insurgindo-se contra a sentença prolatada pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Itaquitinga, que o condenou a 02 (dois) anos e 01 (mês) mês de reclusão, bem como a inabilitação para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou por nomeação, pelo período de 05 (cinco) anos, em virtude de infração ao art. 1º, II do Decreto-Lei nº 201/67. Outrossim, considerando preenchidos os requisitos do art. 44 do Código Penal, o magistrado singular substituiu a pena privativa imposta por duas restritivas de direitos, na modalidade prevista no art. 43, IV do CP.

Narra a denúncia que o apelante(fls. 02/03):

(...) ex-prefeito do município de Itaquitinga-PE, termo da Comarca de Condado-PE, respondeu a processo junto ao Tribunal de Contas do Estado, tendo apresentado recurso subscrito pelos advogados, **Dr. Jarbas Fernandes da Cunha Filho** e **Dr. Geraldo de Oliveira Santos Neves**, sócios do Escritório "Cunha, Neves & Guerra, Advogados e Consultores Associados – CNG" conforme Processo TC nº 9504741-4 (fls. 08 a 44 do Inquérito Civil anexo). Ocorre que, os mencionados advogados foram contratados pelo Município de Itaquitinga-PE, como faz prova a documentação de fls. 241 a 304, do Inquérito Civil anexo.

624
RJM



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Douto Magistrado, o acusado, no processo em questão, se defendia de uma decisão do Tribunal de Contas do Estado, em razão de um título executivo extrajudicial, que determinava que o mesmo restituísse valor ao erário municipal, logo, os advogados em tela não estavam defendendo interesse do Município e sim de um particular contra a municipalidade.

(...)

Obviamente, houve aproveitamento do denunciado, que foi beneficiado com serviços de terceiros, por conta do erário municipal.

Irresignado, o apelante apresenta as suas razões (fls. 581/592) defendendo a decretação da extinção da punibilidade, em virtude da prescrição da pretensão punitiva, na modalidade retroativa. Subsidiariamente, pugna pela rejeição da denúncia.

Contrarrazões apresentadas pelo Órgão Ministerial pugnando pelo acolhimento da pretensão recursal para que seja decretada a extinção da punibilidade do apelante, face à prescrição retroativa (fls. 595/598).

Por fim, a Procuradoria de Justiça opinou pelo provimento do apelo, a fim de ser declarada a extinção da punibilidade do apelante, nos termos do art. 107, IV (primeira figura) do CP c/c o art. 61 do CPP (fls. 612/614).

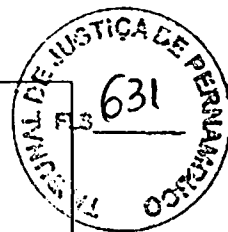
À douta revisão.

Recife, 21 de setembro de 2012.

Sandra de Arruda Beltrão
Relatora Convocada



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230



PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITAQUITINGA
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 252592-0
APELANTE: SINÉSIO MONTEIRO DE MELO FILHO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATORA CONVOCADA: DRª. SANDRA DE ARRUDA BELTRÃO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

VOTO

Como explicitado no relatório, o apelante apresentou as suas razões recursais por ter sido condenado a 02 (dois) anos e 01 (mês) mês de reclusão, bem como a inabilitação para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou por nomeação, pelo período de 05 (cinco) anos, em virtude de infração ao art. 1º, II do Decreto-Lei nº 201/67. Destaco que a pena privativa de liberdade restou substituída por duas restritivas de direito.

Entendo que a pretensão recursal deve ser parcialmente acolhida.

Inicialmente, cumpre destacar que a materialidade e autoria delitivas restaram provadas nos autos, destacando-se o inquérito civil anexo à inicial.

Incontroverso que o TCE/PE considerou irregular a venda de ações da CELPE promovidas pela Prefeitura do município de Itaquitinga e, ato contínuo, determinou que o apelante restituísse ao erário a quantia de 39.120,04 UFEPE's e arcasse com a multa de 5.000 (cinco mil) UFEPE's (fls. 12/79).

Assim, ao utilizar-se do escritório contratado pela Administração Municipal a fim de defender interesses particulares, o apelante, à época prefeito de Itaquitinga, incorreu nas condutas previstas pelo art. 1º, II do Decreto-Lei nº 201/67.

Saliento que não fragiliza o argumento supra, a alegação de que a interposição do recurso perante a Corte de Contas teria sido



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230



promovida pelo Município, nem o fato de ter havido a revisão da decisão que determinou o ressarcimento.

De mais a mais, o próprio apelante admite que o escritório em comento restou contratado pelo Município de Itaquitinga, através da Associação Municipalista de Pernambuco – AMUPE, para defender os interesses municipais. Senão vejamos (fl. 464):

Que não são verdadeiros os fatos narrados na denúncia. **Que na época dos fatos a Prefeitura contratou a empresa Cunha Neves & Guerra, Advogados Associados, para defender os interesses municipais.** Que na época a AMUPE intermediou para realização de convênio do referido escritório com outros municípios. Que a AMUPE prestava serviço de assessoramento aos municípios. **Que foi o escritório supra referido que realizou a sua defesa perante o processo que teve curso no Tribunal de Contas do Estado.** Que não lembra se de acordo com o processo que teve curso no Tribunal de Contas do Estado foi determinada a restituição de valores ao erário municipal. (...). Grifei.

Das declarações, infere-se a presença do dolo na conduta do apelante, pois mesmo tendo ciência de que a contratação da banca de advogados destinava-se aos interesses municipais, empregou os préstimos dos operadores do direito para benefício particular.

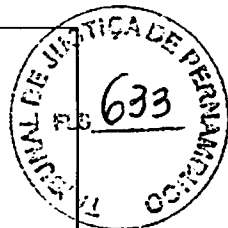
Assim, entendo correto o provimento condenatório do juízo singular.

Todavia, verifico que a pena privativa de liberdade imposta ao recorrente consubstancia-se em 02 (dois) anos e 01 (um) mês de reclusão.

Depreende-se dos autos que a conduta delitiva foi perpetrada no dia 19.07.1995 (fls. 12 e 47), termo inicial do prazo prescricional.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230



Em 27 de setembro de 2005, com o recebimento da denúncia (fl. 435), o prazo prescricional foi interrompido.

No entanto, entre os dois fatos – o termo inicial do prazo prescricional e o recebimento da peça acusatória – passaram-se 10 (dez) anos, 02 (dois) meses e 08 (oito) dias.

Sendo assim, com fundamento nos arts. 109, IV e art. 110, §§ 1º e 2º do CP, vigente à época do fato, verifica-se a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, na espécie retroativa, com a consequente extinção da punibilidade do recorrente.

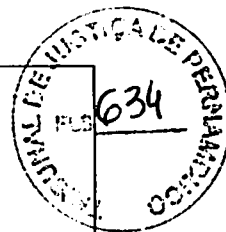
Com a vigência da Lei nº 12.234/2010 ocorreu algumas alterações em sede de prescrição penal. Entre elas, a extinção da prescrição retroativa referente ao lapso temporal entre a ocorrência do fato delituoso e o recebimento da denúncia, consoante dispõe o novo art. 110, §1º do CP.

No entanto, a referida lei não se aplica a hipótese dos autos por ter entrado em vigor após o fato criminoso e tratar-se de espécie normativa mais gravosa ao réu.

Por fim, ressalto que a pena de inabilitação para o exercício de cargo ou função pública, eletiva ou de nomeação, pelo prazo de 05 (cinco) anos, não é atingida pela prescrição, posto que, consoante a jurisprudência pátria, é autônoma em relação à pena privativa de liberdade, tendo lapso prescricional distinto. *In casu*, o prazo prescricional da pena de inabilitação é regulado pelo art. 109, III do Código Penal, período não ocorrido entre os marcos prescricionais previstos no art. 117 do CP.

Corroborando esse entendimento, as seguintes ementas de decisões judiciais:

HABEAS CORPUS. DOSIMETRIA. CRIME DE RESPONSABILIDADE COMETIDO POR PREFEITO MUNICIPAL. PENA-BASE. FIXAÇÃO ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. CULPABILIDADE. CONSIDERAÇÃO DAQUELA PRÓPRIA DO TIPO. INVIABILIDADE. AÇÕES PENAIS SEM



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

CERTIFICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO. SOPESAMENTO NA PRIMEIRA ETAPA DA DOSIMETRIA COMO MÁ CONDUTA SOCIAL.

IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 444 DESTE STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. SANÇÃO REDIMENSIONADA.

1. Mostra-se inviável considerar como desfavorável ao agente circunstância inerente à culpabilidade em sentido estrito, a qual é elemento integrante da estrutura do crime, em sua concepção tripartida.

2. Consoante orientação já sedimentada nesta Corte Superior, inquéritos policiais ou ações penais sem certificação do trânsito em julgado não podem ser levados à consideração de má conduta social para a elevação da pena-base, em obediência ao princípio da presunção de não-culpabilidade. Exegese da Súmula 444 deste STJ.

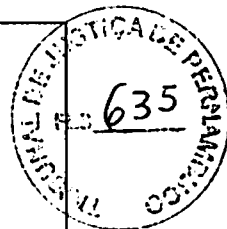
CRIME DE RESPONSABILIDADE. REDIMENSIONAMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. PRESCRIÇÃO RETROATIVA. OCORRÊNCIA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. CAUSA EXTINTIVA DA PUNIBILIDADE. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO.

1. Redimensionada a pena para 3 (três) anos de detenção, constata-se a ocorrência de lapso temporal superior a 2 (dois) anos entre a data do recebimento da denúncia e a data da publicação da sentença condenatória, sendo mister declarar, de ofício, a extinção da punibilidade do paciente quanto à pena privativa de liberdade, pela caracterização da prescrição da pretensão punitiva do Estado, na modalidade retroativa.

INABILITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO OU FUNÇÃO PÚBLICA. PENA AUTÔNOMA EM RELAÇÃO À PRIVATIVA DE LIBERDADE. PRESCRIÇÃO. PRAZOS



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230



DIFERENCIADOS. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Consoante jurisprudência pacificada nesta Corte Superior, a pena de inabilitação para o exercício de cargo ou função pública, eletiva ou de nomeação, pelo prazo de 5 (cinco) anos, é autônoma em relação à pena privativa de liberdade, tendo lapso prescricional distinto desta, regulado pelo art. 109, III, do Código Penal, período não ocorrido entre os marcos prescricionais previstos no art. 117 do CP.

2. Ordem concedida a fim de reduzir a pena-base do paciente para o mínimo legalmente previsto, tornando a sua sanção definitiva em 3 (três) meses de detenção, mantidos, no mais, a sentença condenatória e o acórdão objurgado, declarando-se, ainda, de ofício, extinta a sua punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva do Estado, na forma retroativa, mantida a pena de inabilitação para o exercício de cargo ou função pública, eletiva ou de nomeação, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

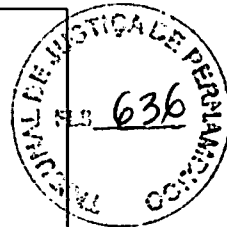
(STJ - HC 155.026/AC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 15/05/2012, DJe 23/05/2012). Grifei.

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PENAL. PROCESSO PENAL. CRIME DE RESPONSABILIDADE. ART. 1º, INCISO I, DO DECRETO-LEI N. 201/1967. CONCURSO MATERIAL. PREFEITO MUNICIPAL. PRESCRIÇÃO EXCLUSIVAMENTE QUANTO À PRETENSÃO EXECUTÓRIA. PENAS DE PERDA DO CARGO E DE INABILITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO OU FUNÇÃO PÚBLICA, PREVISTAS NO ART. 1º, § 2º, DO DECRETO-LEI N. 201/1967, SÃO AUTÔNOMAS. INEXISTÊNCIA DE PRESCRIÇÃO.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230



1. A pena de inabilitação, prevista no Decreto-Lei n. 201/1967, revela-se autônoma em relação à pena privativa de liberdade, e sua prescrição tem lapso temporal distinto.

2. No caso, a decisão agravada determinou que a prescrição não pode ser decretada em relação à inabilitação para o exercício de cargo público - prevista no Decreto-Lei n. 201/1967 -, fixada, na origem, pelo prazo de 5 anos, para o exercício de função pública.

3. O agravo regimental não merece prosperar, porquanto as razões reunidas na insurgência são incapazes de infirmar o entendimento assentado na decisão agravada.

4. Agravo regimental improvido.

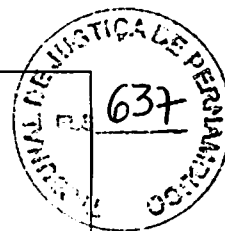
(STJ - AgRg no REsp 401.723/CE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 27/03/2012, DJe 16/04/2012). Grifei.

CRIMINAL. RESP. CRIME DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITO. PRESCRIÇÃO DA INABILITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO OU FUNÇÃO PÚBLICA. NATUREZA JURÍDICA DIVERSA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE NÃO CARACTERIZADA. RECURSO PROVIDO.

Hipótese em que o recorrido restou condenado, por crime de responsabilidade, à pena privativa de liberdade e à inabilitação para o exercício de cargo ou função pública, tendo sido decretada a extinção da punibilidade de ambas as punições.

A inabilitação para o exercício de função pública foi elevada ao status de pena restritiva de direitos, sendo autônoma em relação à privativa de liberdade.

Tratando-se de penas de naturezas jurídicas diversas, distintos serão os



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

prazos prescricionais. Precedente do STF e do STJ.

Recurso que merece ser provido para cassar o acórdão recorrido na parte em que reconheceu a prescrição da pena de inabilitação para o exercício de cargo público.

Recurso conhecido e provido, nos termos do voto do relator.

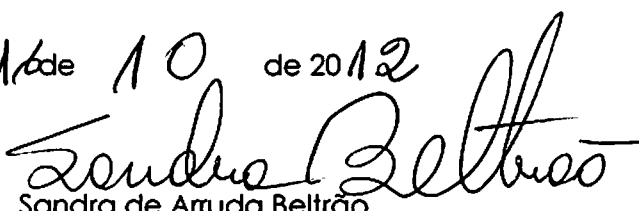
(STJ - REsp 1182397/RS, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 13/03/2012, DJe 20/03/2012). Grifei.

Diante de tais considerações, voto pelo provimento parcial do recurso a fim de, tão somente em relação à pena privativa de liberdade aplicada ao apelante, decretar a extinção da punibilidade em virtude da configuração da prescrição da pretensão punitiva, na modalidade retroativa.

Outrossim, deve ser mantida a condenação à inabilitação para o exercício de cargo ou função pública, eletiva ou de nomeação, pelo prazo de 05 (cinco) anos, por ser autônoma à pena privativa de liberdade.

É como voto.

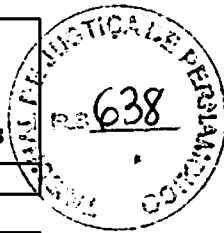
Recife, 16 de 10 de 2012


Sandra de Arruda Beltrão
Relatora Convocada



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

AP nº 252592-0- Vara Única da Comarca de Itaquitinga.



Apelante(s):	Sinésio Monteiro de Melo Filho
Apelado(s):	Ministério Público do Estado de Pernambuco
Revisor:	Des. Roberto Ferreira Lins
Órgão Julgador:	Primeira Câmara Criminal

VOTO PRELIMINAR

Preliminar de extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva suscitada pelo apelante Sinésio Monteiro de Melo Filho

Pela figura delituosa do art. 1º, inc. II, do Decreto-Lei nº 201/67 foi o apelante condenado à pena definitiva de 2 (dois) anos e 1 (um) mês de detenção, condenação contra a qual não houve interposição recursal por parte do representante do Ministério Público que, inclusive, em suas contrarrazões recursais se posicionou pelo reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva suscitada pela Defesa, sem ingressar no mérito da apelação (fls.595/598), sendo no mesmo sentido as razões lançadas no douto parecer de fls. 612/614 oferecido pelo Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa, 10º Procurador de Justiça Criminal.

Desse modo, tendo o fato delituoso ocorrido em 19 de julho de 1995 conforme documento de fls. 12/47, com recebimento da denúncia em 15 de setembro de 2005 como se pode constatar das fls. 428, decorridos foram, entre tais datas, 10 anos, 01 mês e 27 dias, lapso temporal muito superior aos 8 anos exigidos pelo art. 109, IV do Código Penal, pelo que nada mais existe a punir no caso em apreço.

Por todo o exposto, na forma prevista no art. 109, III, c/c art. 110, § 1º, ambos do Código Penal, acolho a preliminar de prescrição suscitada pela defesa e declaro a extinção da punibilidade pela superveniência da prescrição da pretensão punitiva estatal em favor do apelante Sinésio Monteiro de Melo Filho.

É como voto.

Recife, 16 de outubro de 2012.

Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA



PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL – 16.10.2012
APELAÇÃO Nº 252592-0 – ITAQUITINGA
APELANTE: SINÉSIO MONTEIRO DE MELO FILHO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATORA: DESEMBARGADORA SANDRA BELTRÃO
REVISOR: DESEMBARGADOR ROBERTO LINS

RELATÓRIO ÀS FLS. 623/624 DOS AUTOS.

VOTO DA RELATORA ÀS FLS. 631/637 E VOTO DO REVISOR ÀS FLS. 638 DOS AUTOS.

DESEMBARGADORA SANDRA BELTRÃO (RELATORA)

Após examinar os autos, Senhor Presidente, Senhor Desembargador, Senhora Procuradora, meu voto é pelo provimento parcial do recurso a fim de, tão somente em relação à pena privativa de liberdade aplicada, decretar a extinção da punibilidade em virtude da configuração da prescrição da pretensão punitiva, na modalidade retroativa. Outrossim, deve ser mantida a condenação da inabilitação para o exercício de cargo ou função pública, eletiva ou de nomeação, pelo prazo de 05 (cinco) anos, por ser uma pena autônoma.

DESEMBARGADOR ROBERTO LINS (PRESIDENTE E REVISOR)

Em sede de preliminar, reconheço a prescrição da pretensão punitiva. Há um lapso de 10 (dez) anos entre a prática do fato e o recebimento da denúncia, no entanto não me pronunciei com relação à pena acessória.

Ela não prescreve em conjunto, Desembargadora Sandra?

DESEMBARGADORA SANDRA BELTRÃO (RELATORA)

Eu verifiquei que é uma pena autônoma, Senhor Presidente.

DESEMBARGADOR ROBERTO LINS (PRESIDENTE E REVISOR)

Desembargador Fausto Campos, Vossa Excelência vai pedir vistas desses autos?

Adelma



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS

Ele está preso, está solto?

DESEMBARGADOR ROBERTO LINS (PRESIDENTE E REVISOR)

Ele está solto e a pena privativa de liberdade de 02 (dois) anos e 01 (um) mês de detenção está prescrita. A Desembargadora Sandra reconhece isso e eu também. Há também a punição aplicada pelo juiz, que foi de suspensão... (interrompido).

DESEMBARGADORA SANDRA BELTRÃO (RELATORA)

Para cargo ou função pública.

DESEMBARGADOR ROBERTO LINS (PRESIDENTE E REVISOR)

Por 05 (cinco) anos, que ela está entendendo ser pena autônoma. Eu não verifiquei isso no meu voto. Ela está mantendo a pena de proibição de exercer cargo público, não é isso?

DESEMBARGADORA SANDRA BELTRÃO (RELATORA)

É.

DESEMBARGADOR ROBERTO LINS (PRESIDENTE E REVISOR)

Por um período de 05 (cinco) anos, mesmo com a prescrição da pena punitiva.

Ouvi Vossa Excelência dizer que queria vista para apreciar esse caso?

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS

Pedi porque, a princípio, pela aplicação da pena principal, teve o cargo suspenso (interrompido).

Adelma



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA



DESEMBARGADOR ROBERTO LINS (PRESIDENTE E REVISOR)

É. O acessório estaria prescrito também. Mas a Desembargadora Sandra está sustentando no voto que é autônoma.

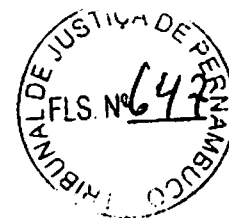
DECISÃO:

“APÓS O VOTO DA RELATORA DANDO PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO A FIM DE, TÃO SOMENTE EM RELAÇÃO À PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE APLICADA AO APELANTE, DECRETANDO A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE EM VIRTUDE DA CONFIGURAÇÃO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA, NA MODALIDADE RETROATIVA, MANTENDO A CONDENAÇÃO À INABILITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO OU FUNÇÃO PÚBLICA, ELETIVA OU DE NOMEAÇÃO, PELO PRAZO DE CINCO ANOS, POR SER AUTONOMA À PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE E O REVISOR VOTANDO PRELIMINARMENTE PELA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, PEDIU VISTA O DESEMBARGADOR FAUSTO DE CASTRO CAMPOS.”

Adelma



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Apelação Criminal n: 252.592-0
Comarca: Itaquitinga
Juízo: Vara Única
Apelante: Sinésio Monteiro de Melo Filho
Advogado: Bertine T. Pessoa
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Juíza Sandra de Arruda Beltrão
Revisor: Des. Roberto Ferreira Lins

VOTO VISTA

Pedi vista dos presentes autos depois da controvérsia instaurada após os votos divergentes proferidos pela Relatora convocada, Dra. Sandra Arruda Beltrão, que dava parcial provimento ao apelo, por entender que a pretensão punitiva estatal foi alcançada pela prescrição retroativa, mantendo a condenação à inabilitação para o exercício de cargo ou função pública por 05 (cinco) anos, e pelo voto do Revisor, Des. Roberto Ferreira Lins, que acompanhava a Relatora, mas não tratou da inabilitação em seu voto.

Após analisar detidamente o caderno processual comungo o pensamento da Relatora e do Revisor no que pertine ao reconhecimento da extinção da punibilidade ante a ocorrência da prescrição retroativa.

Todavia, no concernente à manutenção da inabilitação para o exercício do cargo ou função pública tenho entendimento divergente do lançado pela em. Relatora, pois não se trata de condenação autônoma e sim de efeito secundário da condenação, nos termos do art. 92, I, do CP:

Art. 92 - São também **efeitos** da condenação:

I - a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo:

- a) quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública;
- b) quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a 4 (quatro) anos nos demais casos. (grifos acrescentados).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Da leitura do dispositivo acima transcrito infere-se claramente que a perda do cargo, função pública ou mandato eletivo é mero efeito da condenação e não condenação autônoma.

Assim, alcançada a pretensão punitiva estatal pelo advento de prescrição, perece o *jus puniendi*, restando sem efeito algum a sentença condenatória, que passa a ser tida como inexistente. Situação diversa ocorre quando a prescrição se verifica depois de passar em julgado a condenação, prescrevendo apenas a pretensão executória, hipótese em que o réu se livra do cumprimento da pena, mas, mantém o *status* de condenado, inclusive para efeitos de antecedentes criminais e verificação da reincidência.

Julgando caso análogo, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, à unanimidade, acolhendo voto proferido pelo Min. Marco Aurélio, não conheceu do HC n. 106.962, porque sucedâneo de recurso ordinário, mas, *ex-officio*, diante da patente a ilegalidade, concedeu a ordem, para declarar prescrita a pretensão punitiva e afastada a inabilitação para exercício de cargo público. Transcrevo a conclusão do voto condutor:

"Implemento a ordem de ofício, *assentando a prescrição da pretensão punitiva do Estado*. Com isso, fica *fulminada a inabilitação para o exercício de cargo ou função pública*". (DJe. 04.12.2012)

Com base no exposto, pedindo vênias à em. Relatora para divergir parcialmente de seu judicioso entendimento, **voto pelo acolhimento da preliminar de prescrição da pretensão punitiva do Estado, alcançando todos os efeitos da condenação, inclusive, a inabilitação do Apelante para exercer cargo, função pública ou mandato eletivo.**

É como voto.

Recife, 20 de Março de 2013

Des. Fausto Campos





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**



PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL – 20 03 2013
APELAÇÃO Nº 252592-0 ITAQUITINGA
APELANTE: SINÉSIO MONTEIRO DE MELO FILHO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DESEMBARGADORA SANDRA BELTRÃO
REVISOR: DESEMBARGADOR ROBERTO FERREIRA LINS

PROCESSO ADIADO DESDE 16.10.2012 EM RAZÃO DE PEDIDO DE VISTA
DO DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS.

VOTO VISTA (Nos autos às fls. 647-647v).

DESEMBARGADOR ROBERTO LINS (PRESIDENTE)

Desembargador Fausto, devido ao tempo decorrido eu não estou recordando como foi a conclusão do meu voto, pela resenha que está aqui diz tão somente que o revisor votando preliminarmente pela extinção da punibilidade, pela prescrição da pretensão punitiva estatal. No caso a desembargadora Sandra admitiu a prescrição, mas não no tocante a impossibilidade do exercício da função pública, não é isso?

DESEMBARGADORA SANDRA BELTRÃO (RELATORA)

É.

DESEMBARGADOR ROBERTO LINS (PRESIDENTE)

Então quem precisa completar o voto agora sou eu. Eu vou pedir venia a desembargadora Sandra e vou acompanhar o entendimento do desembargador Fausto Campos, admitindo o alcance da prescrição também no tocante a inabilitação para exercício de cargo ou função pública.

DECISÃO:

“POR UNANIMIDADE, DECIDIU-SE POR DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE DO APELANTE PELA SUPERVENIÊNCIA DA PRESCRIÇÃO E, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDA A DESEMBARGADORA SANDRA DE ARRUDA BELTRÃO, DECIDIU-SE POR ESTENDER OS EFEITOS DA PRESCRIÇÃO, TAMBÉM, A INABILITAÇÃO PARA EXERCÍCIO DE CARGO OU FUNÇÃO PÚBLICA. TUDO NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO DESEMBARGADOR FAUSTO DE CASTRO CAMPOS, QUE FICA DESIGNADO PARA LAVRATURA DO ACÓRDÃO”.
